

# EXPLORANDO AS RELAÇÕES ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Liliane Martins Nunes da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo apresenta um estudo bibliográfico e dialógico como referencial teórico-metodológico em torno da alfabetização e letramento com um viés formativo e interacionista. A partir do diálogo estabelecido entre os teóricos como Freire, Soares, Smolka, Demo, entre outros autores, trazemos as possibilidades para (re)pensar a alfabetização e letramento como conceitos distintos, mas complementares e inseparáveis a partir da concepção de formação humana e emancipatória segundo a perspectiva de aprendizagem dos sujeitos em suas especificidades e diversidades preservadas e valorizadas. Pela análise teórica, observamos reflexão da prática em alfabetização para além de métodos e culpabilidade dos sujeitos aprendentes, possibilitando reflexões nas condições pedagógicas e humanas. Reconhecemos como a concepção de alfabetizar letrando pode se apresentar desafiadora e disruptiva diante de uma lógica capitalista e individualista, mas seus conceitos e práticas emergem nas tarefas e nos anseios de se alfabetizar para a vida e nela construir sentido, exigindo revistar e ampliar conceitos indispensáveis para formação e desenvolvimento dos sujeitos. A análise proposta visa refletir sobre teorias e práticas de alfabetização e letramento que considerem o sujeito de forma holística, abordando suas dimensões sociais, culturais, econômicas e históricas. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem sócio interacionista, envolvendo os educandos como agentes responsáveis por seu próprio processo de aprendizagem. Como resultado, defendemos a perspectiva interacionista na alfabetização que coloca a educação a serviço da humanidade.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Letramento, Formação Humana.

## INTRODUÇÃO

Os baixos índices de aproveitamento nos anos iniciais em alfabetização das escolas brasileiras, têm sido um abrangente tema de debate em educação, gerando uma diversidade de percursos teóricos e metodológicos, que buscam soluções, resultados e caminhos. Nosso objetivo de pesquisa é problematizar e contribuir com um olhar interacionista e democrático para o ensino da leitura e da escrita para alfabetizar crianças de modo integral e abrangente. Adotaremos a constante análise e produção de práticas em leitura e escrita relevantes para o cotidiano alfabetizador denso e real. Mantendo a responsabilidade dialógica de apresentar as análises a partir das concepções teóricas pautadas em Freire (2019) Soares (2020), Smolka (2018), de modo a pensar em práticas

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - IFRJ, [lilianemartins@gmail.com](mailto:lilianemartins@gmail.com);

de alfabetização consistentes, que revertam o quadro de fracasso escolar em aprendizagem e desenvolvimento humano.

As práticas de alfabetização se processam em suas relações com a sociedade mais geral e refletem sua filosofia. Nesse contexto, emerge a consciência da não neutralidade da educação, frente à realidade social, econômica, política e cultural e subsequente a isso, a não neutralidade da alfabetização que revela o tipo de sujeito que se quer formar.

Analisar as atuais práticas de alfabetização implica necessariamente compreender que essas práticas estão a serviço de um modelo teórico de sociedade, de sujeito e de educação. Afinal, a escola enquanto uma Instituição social encontra-se circunscrita em uma sociedade impregnada de valores e ideais, definindo, deste modo, a educação e a ação pedagógica que melhor expressa esses valores.

Entender o conceito de alfabetização, o “como” e “para que” alfabetizar, interfere intermitentemente no tipo de sujeito que se quer formar. E tendo em vista uma educação formativa que preconiza uma competência questionadora (re)construtiva e não a simples reprodução de saberes e fazeres, isto faz com que se incorpore na prática de alfabetização, a metodologia que expresse o desafio de superar as dificuldades de aprendizagem e de desenvolvimento de cada educando, considerando-o como um sujeito holístico, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e históricas.

A compreensão deste estado de coisas parece fundamental para entendermos melhor o sucesso/fracasso na alfabetização brasileira e podermos refletir em busca de novas perspectivas.

Reconhecer a necessidade da sistematização, decodificação, compreensão e uso social da escrita são imprescindíveis para o reconhecimento da especificidade e prática concomitante do processo de alfabetização e letramento como processos complementares e inseparáveis.

Ler e escrever envolve um processo contínuo de construção e reconstrução, com normas próprias do código linguístico e do seu uso social.

Partindo desse pressuposto, neste artigo estamos levando em consideração dois aspectos indispensáveis para esse tipo de prática: o conhecimento notacional da escrita, sua sistematização e a necessidade de uma metodologia consciente, e a outra que é a sua funcionalidade, compreensão e utilização nos diferentes meios sociais. Buscando assim, trabalhar alfabetização e letramento como oportunidade de vivenciar intensamente diversos atos de leitura e escrita através de textos reais, significativos e com significado para as crianças.

Ao elencarmos as considerações iniciais desse estudo, nossa pergunta de pesquisa é: De que forma é possível pensar alfabetização e letramento em um viés interacionista que atenda a necessidades de sujeitos em sua integralidade e especificidade?

A partir disso, o objetivo geral é contribuir com uma aprendizagem integral e democrática, por meio de práticas sociointeracionistas que relacione alfabetização e letramento.

Como objetivos específicos têm-se:

- 1) Apropriar-se da língua escrita como meio de expressão, interação e comunicação.
- 2) Fazer uso social da escrita nas diferentes situações cotidianas.
- 3) Valorizar a leitura como forma de conhecimento e fruição.

Diante das questões e dos objetivos claramente estabelecidos, desenvolvemos a pesquisa pautada na metodologia sócio-histórica.

Separamos esse artigo em introdução, desenvolvimento teórico e reflexivo dos conceitos e práticas alfabetizadoras. Em síntese, apresentamos as considerações finais com as contribuições desse estudo como possibilidade de intervenção na prática alfabetizadora, a fim de promover e estimular práticas significativas para a formação integral e humana na fase de alfabetização e letramentos.

## **METODOLOGIA**

Este estudo utiliza uma abordagem metodológica bibliográfica e dialógica para investigar o tema da alfabetização e letramento com um enfoque formativo e interacionista. Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura, com a seleção e análise crítica de obras de autores relevantes na área, como Freire, Soares, Smolka e Demo, entre outros. Esse processo permitiu a identificação das principais concepções teóricas e práticas relacionadas à alfabetização e letramento.

Em seguida, foi estabelecido um diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas, buscando compreender as possibilidades de (re)pensar a alfabetização e letramento como conceitos complementares e inseparáveis, dentro de uma visão de formação humana e emancipatória. Esse diálogo também permitiu a análise das condições pedagógicas e humanas envolvidas na prática de alfabetização, além de explorar as implicações da concepção de alfabetizar letrando em um contexto marcado pelo individualismo e pela lógica capitalista.

A partir dessa análise teórica, foram identificadas as reflexões sobre teorias e práticas de alfabetização e letramento que consideram o sujeito de forma holística, abordando suas dimensões sociais, culturais, econômicas e históricas. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem sócio interacionista, que reconhece os educandos como agentes ativos e responsáveis por seu próprio processo de aprendizagem.

Como resultado final, defendemos a perspectiva interacionista na alfabetização, que coloca a educação a serviço da humanidade, promovendo a formação integral dos sujeitos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Ao pensarmos em alfabetização e letramento é preciso, antes, considerar seu sentido principal de atender às necessidades educativas da população e às demandas sociais, sendo fruto dessa mobilização através da iniciativa do governo como condição indispensável para concretização e melhoria da educação. Percebemos que a alfabetização e seu significado sofreram alterações com o tempo e com as necessidades exigidas pelas especificidades educativas. Permanecendo durante muito tempo circunscrita a decodificação do código linguístico e de normas e políticas públicas. O desligamento e as necessidades que ultrapassavam a estas ações fizeram com que a alfabetização perdesse seu significado até então velado e excludente.

Instigando assim, uma análise das práticas de alfabetização e letramento crítica e minuciosa em prol de uma compreensão mais efetiva de sua execução, seja por sua abrangência ou por sua complexidade. Tudo isso diante das preocupações e das inquietações postas pela sociedade e pelas políticas públicas, como: “a alfabetização no tempo certo”.

Segundo Soares (2020), para entendermos a proximidade, dependência e relações existentes entre alfabetização e letramento, precisamos adquirir clareza de seus conceitos separadamente.

Ainda segundo essa autora (Soares, 2020, p.21), podemos conceituar alfabetização como “o conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades necessárias para a prática da leitura e da escrita”.

Nesse sentido a alfabetização é a apropriação do sistema de leitura e escrita. ou seja, a codificação e decodificação do sistema linguístico e o domínio do sistema alfabético e ortográfico.

Diante deste paradigma entra o conceito de letramento para ampliar a visão de alfabetização, dando funcionalidade ao uso dessas habilidades em práticas sociais e na sua compreensão de mundo. Que segundo Soares (2020, p. 21), “Letramento é a utilização das capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita.”

Ainda de acordo com Soares (2020) é o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais com a capacidade de atingir diferentes objetivos.

Com consciência da amplitude do tema, é pretendido deter-se mais minuciosamente nos pressupostos, limites e possibilidades de um alfabetizar letrando. E de forma instigante (re) pensar o papel que os atores da alfabetização (professor/aluno) devem exercer sobre ela, participando ativa e produtivamente.

Segundo Soares (2018), pensar no ensino de alfabetização é pensar no ensino de práticas sociais construídas cotidianamente, de modo que os conceitos no campo da alfabetização, leitura e escrita se entrecruzam, em uma relação dialética, e vão se complementando. Conceber os processos discentes de alfabetização é considerá-los em seu aspecto mais amplo e abrangente de sua complexidade cognitiva, social, cultural e individual.

Cagliari (2009) aponta que a alfabetização não se dá de modo natural como o aprendizado da língua. A alfabetização acontece de modo sistemático, que exige conhecimento por parte do professor de técnicas, formas do desenvolvimento cognitivo e da língua, mas só isso não dá conta de ensinar sujeitos tão diversos que precisam se apropriar desse mundo letrado para tomar as rédeas de sua inserção cidadã na sociedade.

O certo é que ler e escrever são atualmente duas práticas sociais básicas em todas as sociedades letradas, independentemente do tempo médio com elas despendido e do contingente de pessoas que as praticam. O domínio dessas habilidades demonstra ter dois tipos de aplicação na vida das pessoas (Soares, 2018). Em primeiro lugar, propicia instrumentos para que os indivíduos enfrentem demandas específicas do sistema urbano moderno (movimentação na cidade grande, manejo de documentos e instituições burocráticas, trabalho em empregos de organizações complexas etc.). Isto pressupõe a possibilidade de interagir com os estímulos normais do mundo letrado, o que faz com que os indivíduos possam mover-se à vontade no âmbito dos códigos dominantes do meio.

O segundo tipo de aplicação dos usos da leitura e da escrita refere-se à possibilidade das pessoas, efetivamente, lerem e escreverem qualquer coisa que queiram,

isto é, de realmente exercerem o potencial letrado que possuem e de usufruírem desse instrumento adquirido (Soares, 2018).

A alfabetização é uma prática social, construída sócio, histórica e culturalmente. A qual necessita de intervenção sistemática e ações conscientes do desenvolvimento do educando e da língua.

Partindo desse pressuposto a escrita deve ser considerada como uma representação da linguagem, sendo a mesma, a representação em códigos das unidades sonoras, tendo significação apenas na cultura ao qual está inserido.

Nesse sentido é que pensar uma prática de alfabetização desconexa com a realidade e presa a fatores unicamente técnicos e automatizantes não atende as necessidades de uma sociedade letrada.

Sabe-se que de um lado, a busca por métodos mais eficientes para alfabetizar tem sido uma constante nas discussões educacionais, propiciando um cabedal questionador em torno de todo processo educativo, colocando em dúvida sua adequação e credibilidade e paralelamente, contribuindo para a perpetuação de alguns conceitos. É nessa perspectiva e nesse contexto que o papel da alfabetização tem sido posto em questão, por isso precisamos analisar seu papel político-social e relacioná-lo com mais duas dimensões fundamentais: “humanas e técnicas”, e tudo mais que elas implicam, articulando de maneira crítica e fortificando assim uma percepção global que nos permita repensar os estigmas que criamos e carregamos ao longo da nossa existência e das vivências que em dado momento nos deparamos desse contexto.

Vale também, questionar nossas certezas e duvidar de nossas próprias dúvidas, para assim, começarmos uma existência destituída de “preconceitos”, estigmas, fracassos e exclusões.

Sendo que, somos seres heterogêneos e nos distinguimos uns dos outros nas nossas diferenças, no nosso modo de agir, pensar e intervir na realidade, construindo e reconstruindo respostas e lógicas de acordo com o que nos convier e que os nossos pensamentos prévios e ideológicos nos conduzirem. O padrão então, não é algo que começa e nem termina em si, existem fatores intensos e variáveis que configuram esse pensamento.

Nesse contexto geral de descrição e conclusão, emerge agora um pensamento crítico, insinuando sua presença no corpo dessas reflexões: não que se condene o fato de uma existência padrão, mas condena-se o fato de que essa regra se sobreponha ao próprio

sujeito. A forma como essa relação ocorre no cotidiano das salas de aula é que necessita ser reformulada e ressignificada.

As regras são necessárias para manter a ordem de uma determinada situação e é papel da escola transmiti-las aos alunos para que possuam o entendimento exigido socialmente. Contudo, a instituição deve entender que ser diferente do que se espera não implica em ser errado, mas sim em uma outra maneira de ver, pensar e viver os fatos. Lembrando que a exclusão e alienação se iniciam por uma atitude tácita de poder que serve para amedrontar, estigmatizar, excluir, confirmar a ignorância de alguns para melhor celebrar a excelência de outros.

A alfabetização, apesar de tão discutida, debatida, ainda é um desafio que precisa ser perseguido cada vez mais e melhor, ajudando a qualificar a prática pedagógica a melhorar a sociedade.

Seguindo esse pensamento, aparece um novo desafio que indaga a cada instante: “Como vivenciar a alfabetização não excludente sem perder o empenho, a garra, o desejo de ensinar e aprender?”.

Um importante fator de convencimento é saber que todo indivíduo que deixa de aprender, que se evade da escola de modo insatisfatório, leva consigo um pouco das “possibilidades de construção dos que ficam”. E que a educação não é o único meio dos sujeitos desfrutarem da cidadania, mas é um dos meios efetivos, compreendidos para que se alcancem esses fins. Sendo, um dos meios mais eficazes de promover a inclusão social.

Com este olhar propedêutico sobre o papel que a alfabetização deve exercer em busca de uma educação de qualidade é que o campo de sua atuação se consolida fortemente na preeminência de uma formação continuada e resiliente. Sendo assim, focar isoladamente uma forma de atuação para se alfabetizar e mecanizar sua ação é minimizar e neutralizar a riqueza que se pode obter nesse aprendizado.

Diante de um novo contexto educacional e social, a necessidade de se repensar o ensino da leitura e da escrita se torna fundamental.

Buscando assim, trabalhar alfabetização e letramento como oportunidade de vivenciarem intensamente diversos atos de leitura e escrita através de textos reais, significativos e com significado para as crianças. Um viés em que exista uma alfabetização de qualidade.

Quando pensamos em qualidade, pensamos em competência técnica e política, pensamos em extensão e intensidade. Podendo assim, desvendar em seus atos que são políticos, quais são os seus reais interesses e o que eles realmente impõem e propõem.

A qualidade de ensino está na sua não-neutralidade, na sua capacidade política de poder exercer sua dimensão crítica, ética e democrática.

Como diz Freire (2003, p.41):

Não há qualidades porque lutemos no sentido de assumi-las, de com elas requalificar a prática educativa, que possam ser consideradas como absolutamente neutras, na medida mesma em que, valores são vistos de ângulos diferentes, em função de interesses de classes ou de grupos.

O que confabula diretamente com as diferentes práticas de alfabetização que ao longo da história vem revelando os interesses políticos de cada época.

Portanto, não estamos aqui pleiteando qualquer tipo de qualidade, mas as que estão de acordo com o que diz Freire (2003, p.43): “(...) expor certa qualidade da educação – a democrática, popular, rigorosa, séria, respeitadora e estimuladora da presença popular (...).”

Vale ressaltar, que tratamos o termo “qualidade” nesse artigo como qualidade socialmente referenciada, sendo aquela colocada por Fonseca (2009) como consequência da inclusão social.

Desta forma, destacamos enquanto uma qualidade integradora dos direitos sociais, em que os sujeitos possam questionar, problematizar, tomar decisões e organizar ações coletivas. Ou seja, a qualidade de se alfabetizar letrando encontra-se no aprender a conhecer, no saber pensar e intervir, na democratização do ensino e na emancipação do sujeito.

Se estamos trabalhando na perspectiva de uma inserção plena do sujeito na sociedade, devemos considerar o seu preparo para desempenhar com autonomia e criticidade suas tarefas e funções impostas pelo contexto social a ponto de intervir e transformá-la.

Nessa perspectiva devemos considerar o ser humano como um todo: seu aspecto cognitivo, social, emocional e político. O que nos leva a entender a necessidade de se trabalhar as competências cognitivas necessárias não para que o homem possa desempenhar adequadamente seu papel na sociedade, mas para que possa saber como intervir frente aos problemas e complexidade da vida social.

O ensino da língua materna, nessa perspectiva, não conduz o leitor à condição de mero decodificador de palavras e frases, e o escritor a um mero reproduzidor de estruturas modelares de textos. O professor oferece aos seus alunos a leitura de mundo que precede

a leitura da palavra; a conviver, experimentar e dominar as práticas de leitura e de escrita que circulam em nossa sociedade tão centradas na escrita quando a linguagem e a realidade se prendem dinamicamente.

Segundo Locatelli (2011, p.17-18): “Obviamente, as crianças precisam conhecer as relações fonemas/grafema, só que esta relação não deve iniciar o processo de leitura e sim, ser descoberta pela observação e comparação de palavra significativas, extraídas de textos”.

Como Smolka (2017), coloca é necessário oferecer aos educandos uma diversidade de elementos, criando assim possibilidades de diálogos com diversas tendências, sendo um campo complexo de se definir e de se assegurar.

Cabe ao professor conhecer as especificidades de seus alunos e oferecer o método mais adequado a necessidade de cada um. Pois nenhuma tendência de alfabetização se dá isoladamente no campo da linguagem. Muitas vezes as tendências se completam e se reconfiguram nas diversas possibilidades de ação e do discurso, abrangendo os diversos aspectos do ensino tornando-se perspectivas importantes para o aprendizado.

A compreensão teórica sobre as diferentes tendências de alfabetização é componente necessário para que educadores e gestores possam contar com estratégias e currículos em um esforço coletivo de enfrentar as complexas demandas sociais e auxiliar efetivamente crianças com dificuldades na alfabetização.

É fundamental que a preocupação pelo ensino da leitura e da escrita por meio de todos os alunos se dê a partir de uma articulação mais ampla que considere o movimento dialético do conhecimento e apropriação teórica ampla e diversificada que respeite a heterogeneidade e a complexidade dos processos e das diversidades sociais e econômicas.

Tudo isso em um consenso amplo de que quem ensina, ensina preparando o sujeito para vida e que faça da alfabetização, e do ensino da leitura e escrita prioridade e direito de todos.

Nessa tangente ser alfabetizado é essencial no mundo em que vivemos. E delimitar os recursos e formas que nos leva a essa condição é fundamental.

Por exemplo, decodificar o código linguístico, interpretar e correlacionar o que está escrito é a razão da alfabetização, já os meios e ações que nos levam a essa condição é a fundamentação para esse propósito.

No mundo da alfabetização só decodificar a linguagem oral e escrita não é essencial, e sim condição fundamental para o letramento.

O que queremos quando alfabetizados é interagirmos no mundo das coisas, é nos sentirmos sujeitos no conjunto da obra escrita e falada. Essa visão do conjunto da obra que deve levar os professores a indagarem o que de fato, acreditam que seja alfabetização.

Para isso precisamos partir do princípio de que todos os seres humanos são capazes de aprender, lembrando que nos constituímos na interação social e que nossa forma de aprender e assimilar conhecimento depende das situações e circunstâncias que nos submetem a isso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A alfabetização é um processo social que envolve a afetividade e a inteligência assim como o contexto social, econômico e cultural em que o indivíduo está inserido. Partindo desse pressuposto, o caminho que conduz ao conhecimento envolve sistematização, moldes lógicos, informativos, linguísticos e sociais que interferem na construção do conhecimento.

Assim entender o lugar do outro e a forma intersubjetiva que o outro aprende, engloba também, a interação e doação no processo ensino-aprendizagem entre professor e aluno.

Esse processo se coaduna nos estímulos, assimilação e construção de apropriação de conhecimentos que muitas vezes não coincidem com a lógica da sistematização do ensino da língua apresentada.

O professor deve intervir no processo de aprendizagem de cada aluno de modo que atinja suas necessidades em face das situações que o envolvam, ressignificando e reorganizando a forma de pensar sobre o conhecimento, inserindo novos elementos essenciais para compreensão adequada do esquema cognitivo.

Para reestruturar o ensino e as práticas de alfabetização, precisamos reestruturar nosso pensamento sobre o que é alfabetizar e sobre o que significa ser um ser alfabetizado. Permanecer com pensamentos em educação compensatória desvia o foco de planejar e fornecer no tempo certo.

As mudanças necessárias para um ensino de qualidade referenciada e uma alfabetização consolidada devem ser feitos na escola e na sociedade como um todo. Na forma de se pensar a educação e no modo de se conceber a alfabetização.

Sem a decodificação som e letra, não é possível se ler, esse ato precisa existir e o aluno precisa saber disso. Mas somente isso, não terá significado e o aprendizado será prejudicado.

Partindo desse conceito amplo e polêmico, deve-se compreender a leitura como um momento crítico da constituição de um texto, um momento privilegiado do processo de interação verbal uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação, isso contribui para provocar nos profissionais de educação um reflexionar sobre suas práticas, problematizando-as diante das questões do mundo atual e das mudanças no cenário brasileiro e mundial.

A mudança só acontece se fizermos hoje o que nos cabe hoje fazermos, sem deixar que se acumule para amanhã e a cada dia mais, tornando mais distante o sonho possível de nos tornarmos livres e emancipados.

Pois “a redução da desigualdade que o desigual quer só poder ser aquela que ele mesmo constrói” (DEMO, 1996, p. 18).

## **REFERÊNCIAS**

CAGLIARI, Luis Carlos. Alfabetização sem o babebibobu. São Paulo: Scipione, 1998.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: Entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. Gestão institucional e qualidade social da educação. Caderno Cedes, 29(78), 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saber necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudanças. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAGLIARI, L. C. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2009.

DEMO, Pedro. Saber Pensar. São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

LOCATELLI, Iza. Leitura e Escrita 1 e 2 anos. RJ. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.2011.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2013.

SMOLKA, Ana Luiza B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. Alfalettrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Pulo: Contexto, 2020.